



Ativismo Cartográfico de Favela – A Cartografia Social do Comitê SOS Providência - RJ

Diego Rodrigues Borges ¹
Luis Regis Coli ²

RESUMO

A pesquisa a ser apresentada analisa o processo de produção de Cartografia Social do Comitê SOS Providência – organização social que se estrutura através de uma articulação entre diversos movimentos sociais do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro. Intitulada como “Morro da Providência - Visão dos Crias”, esta cartografia se caracteriza, fundamentalmente, a partir das imaginações e subjetividades dos sujeitos moradores do Morro – identificados no programa como Morador Monitor (MM), apoiadas por dois trabalhos de recenseamento popular e de um automapeamento. Dentre outras constatações, percebemos, a partir deste estudo que, a cartografia torna-se uma arena, um objeto de disputa política a partir da sua manipulação por grupos sociais subalternizados sobre a sua produção e uso. Um movimento qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais – de (re)pensar as situações, as práticas, as relações com/nos territórios – e, pelas (auto)afirmações representacionais – que, de toda forma, enfrentam a neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática/científica como versão única ou oficial da representação/discurso político por mapas –, movimento que compreendemos como *ativismos cartográficos*. Conquanto, a Visão dos Crias traz em sua essência e simbologias, necessariamente, o mapeamento do espaço vivido. Em suma, este estudo considera ainda como basilar, o trabalho de assessoria técnica cartográfica feito, conjuntamente, com o Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ).

Palavras-chave: Ativismo Cartográfico, Cartografia Social, Moradores Monitores. Morro da Providência, NEGRAM.

ABSTRACT

The research to be presented analyzes the Social Cartography production process of the SOS Providência Committee – a social organization that is structured through an articulation between different social movements in Morro da Providência in the city of Rio de Janeiro. Entitled “Morro da Providência - Visão das Crias”, this cartography is characterized, fundamentally, from the imaginations and subjectivities of the subjects who live in Morro – identified in the program as Morador Monitor (MM), prepared by two works of popular census and an automapping. Among other findings, we realized, from this study, that cartography becomes an arena, an object of political dispute based on its manipulation by social groups subordinated to its production and use. A movement improved by the performance of spatial clarifications – of (re)thinking situations, practices, relationships with/in territories – and, by representational (self)affirmations – which, in any case, faces

¹ Mestrando do Curso de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ diegoborges83@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, luisregis@ippur.ufrj.com.

political, scientific and racial neutrality of technocratic/scientific cartography as the only or official version of political representation/discourse through maps – a movement that we understand as cartographic activism. However, the Vision of the Creas necessarily brings in its essence and symbolologies the mapping of vivid space. In short, this study also considers as fundamental the cartographic technical consultancy work carried out jointly with the Center for Studies in Geography, Racial Relations and Social Movements of the Institute of Urban and Regional Research and Planning of the Federal University of Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ)..

Palabras clave: Cartographic Activism, Social Cartography, Moradores Monitores, Morro da Providência, NEGRAM.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela analisa o processo de produção de Cartografia Social (CS) do Comitê SOS Providência (CSOSP). Intitulado como “Morro da Providência - Visão dos Crias”, o mapa se caracteriza a partir da cartografia das imaginações e subjetividades dos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro – identificados no programa como Morador Monitor³ (MM) –, balizadas nas suas experiências de enfrentamento aos impactos da pandemia causados pela Covid 19, assim como nos trabalhos de recenseamento e automapeamento feitos com a assessoria técnica do Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ).

Todavia, a CS em tela, traz em sua essência e simbologias as consequências das suas vivências espaciais, que incluem: mutirão para a angariação, produção e distribuição de recursos e assistências aos moradores do Morro; entrevistas referentes ao recenseamento popular; leituras de bases espaciais de mapas de precisão e o manuseio de softwares de mapeamentos; debates (troca de experiências) com ativistas de outras favelas etc. Por conseguinte, este mapeamento vai se sustentar na interação entre a experiência vivida dos cartógrafos sociais como moradores e, ao mesmo tempo, como ativistas e pesquisadores, logo, o que, *a priori*, se estabelece como objetivos procedimentos de uma contabilidade populacional, e/ou de repasses de alimentos e de utensílios, e/ou de um curso de formação em cartografia, de toponimização de ruas etc., desenvolvem-se para um movimento de transformação sobre o entendimento sobre o lugar e sobre suas práticas espaciais. Mobiliza-se

³ Disponível em: <http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/especial-covid-19/237-morador-monitor-projeto-da-comunidade-do-morro-da-providencia> . Acesso em 03/11/2022.



um processo de (re)conhecimento que fertiliza e des-re-territorializa⁴ criticamente suas imaginações e opiniões. Desnaturaliza-se o senso comum sobre a paisagem posta, visão que se torna uma importante complexificadora de dimensões subjetivas, sem demora, de mapas sociais.

A CS, de forma abrangente, constitui-se por dois segmentos – que, inclusive, subvertem a cartografia científica. O primeiro refere-se à autonomia sobre o processo de produção, quando – no nosso caso – o morador é o sujeito da cartografia, do espaço produzido e/ou tematizado por ele, é ele próprio o produtor da sua representação. Nesta ocasião, observamos um primeiro tensionamento com a cartografia tradicional quando observamos a condição do cartógrafo como um serviçal que atende a encomendas, um manipulador de ferramentas. Do contrário, a CS, tem como substrato da sua feitura a visão de mundo dos seus produtores, ancorados nos seus projetos, desejos, reivindicações, e, sobretudo, intenções. O segundo segmento, conjuntamente, compete à simbologia, ou propriamente, às configurações do mapa. A CS se utiliza de expressões autorais, isto é, não se conforma, obrigatoriamente, sobre as normas das convenções científicas (orientação, escala, símbolos, cores, legenda etc.), não obstante, sem estarem impedidas de utilizá-las delas também, tensiona a sua exclusividade e oficialidade, estabelecendo uma “disputa de regimes de produção do conhecimento legítimo” (SANTOS, 2019, pg. 15).

Observamos, a partir do estudo em tela, que a cartografia torna-se uma arena. A cartografia torna-se um objeto de uma disputa política a partir da manipulação por grupos sociais subalternizados sobre a sua produção e uso. Um movimento qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais – de (re)pensar as situações, as práticas, as relações com/nos territórios – e, pela convergência entre a luta por afirmações identitárias, por direitos e, a denúncia e a desmistificação da neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática como versão única ou oficial da representação por mapas, movimento que compreendemos como ativismos cartográficos (SANTOS, 2019).

Este contexto também é considerado por Coli (2010), quando observa, a partir da popularização dos dispositivos técnicos fazedores de mapas, dentre eles o Sistema de Informação Geográfica (SIG), o surgimento de uma variedade de produtos – que ao

⁴ Este movimento de desconstrução e reconstrução das análises e das ações foi grandemente estudado por Haesbaert (2004, p. 127), quando nos diz ser esta condição imanente dos processos sincrônicos de transformações do pensamento: “podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (Deleuze e Guattari, 1997b:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação”.



escaparem da detenção tecnocrática flexionam – possibilitam outras originalidades – em relação às configurações padrões. O sociólogo considera, neste caminho, junto à diversidade de representações e simbologias permitidas nesses novos mapas – ou mapas populares, ou mapas não-tecnocráticos –, o nexo de uma divisão política. Conceituado nos seus estudos como objeto fronteira, percebemos neste processo a desqualificação de interpretar a cartografia como um instrumento de uso estatal exclusivamente, com sua secular “edificação monolítica autônoma”, pois, do lado avesso, convalida se tratar de uma disputa ampla que transforma sobremaneira a sua serventia, pois, se realiza “uma construção resultante de negociações, onde forças sociais complexas e localmente contingentes produzem um SIG diferente (...) conecta[ndo] com sucesso perspectivas múltiplas, e mesmo opostas” (grifo nosso).

Dessa forma, seguindo uma abordagem, essencialmente, qualitativa, analítica dos processos de formação e prática da CS do CSOSP, nos apoiaremos nos procedimentos concernentes à pesquisa-ação, isto é, na exploração do objeto efetivada na análise do trabalho de campo, composta a partir do nosso trabalho de assessoria feito junto ao NEGRAM. Com isso, nosso objetivo de pesquisa compreende duas formas: exploratória, na qual se debruça sobre as reuniões entre CSOSP e NEGRAM no processo de coordenação dos trabalhos; mesas-redondas com lideranças da Providência e de outras favelas e instituições; oficinas para a manipulação das ferramentas tecnológicas de apreensão e registro dos dados; apresentação e debate sobre outras experiências de CS; participação no processo de entrevistas no recenseamento popular, e; encontros relacionados a debates políticos sobre a produção simbólica e temática dos mapas e; maiormente, na descrição e análise da oficina de cartografia social – reuniões que culminaram na elaboração do mapa “Visão dos Crias”.

Ademais, nosso trabalho também tem o objetivo de ser descritivo, ou seja, de estudar teoricamente como os ACs, e, mais especificamente as CSs, vêm sendo tratados na literatura, na qual, temos como importantes referências, COLI (2009); SANTOS (2010, 2011, 2012); ACSELRAD (2008, 2010); ALMEIDA (2013); para citar alguns.

Por compreenderem, comumente, a um perfil situacional – por sua prática estar baseada nas especificidades dos valores, demandas e desejos dos grupos sociais e suas relações imediatas com o território que ocupam –, as práticas e, por conseguinte, as análises sobre as experiências são profusas. Envolve vários campos do conhecimento, assim como uma diversidade de tipos de atores, escalas, motivações, objetivos, antagonistas, enfim, as CSs se constituem como processos, mapas e usos desses mapas de formas diferentes entre si. Isto posto, percebemos que este objeto vêm sendo tratado na literatura, coerentemente,



também com uma grande variedade conceitual. Uma pluralidade de nomenclaturas é evocada, como, por exemplo, cartografia participativa, cartografia social, nova cartografia, cartografia da ação, cartografia insurgente, mapeamento participativo, sistema de informação geográfica participativa, dentre outras, com proposições, metodologias, significados e epistemologias correspondentemente diferentes.

Santos (2010), por sua vez, vai nos dizer que esses ativismos,

mesmo que antagônicos, social e politicamente multilocalizados (seja em esferas do Estado, em movimentos sociais, organizações de base comunitária, instituições de pesquisa, ONGs, etc.), devotados a intenções convergentes ou opostas, se influenciam, compartilham saberes, acúmulos, experiências, e retroalimentam a crítica à cartografia (p. 95).

De toda forma, inobstante das suas singularidades, os ACs convergem para a compreensão de que este movimento se constitui em importantes níveis de decisão – muitas vezes de protagonismo – de grupos subalternizados sobre o mapeamento. Os moradores da Providência também se debruçaram sobre esta linha levantando questões nas quais nos mobilizam reflexões e a continuidade dos estudos: “Nós podemos também sermos cartógrafos?” “É possível fazer outro tipo de representação que não seja a da engenharia?” “CS é mapa de verdade ou mapa de esboço?” Ou seja, sobreleva-se, constatamos, tensionamentos, sobretudo, em direção ao monopólio catedrático que hegemoniza a produção cartográfica e, como efeito, sobre os raciocínios espaciais formados no cartesianismo. Desta forma, constatamos que o como representar pode influenciar ou, mesmo determinar, o sobre o que representar. Contudo, por não se utilizar rigorosamente das convenções cartográficas científicas, as CSs são desqualificadas e remetidas à classificação de uma produção informal, ou não-oficial, ou quando muito relegada a um “mapa de esboço”, quando compõe uma etapa inicial do processo cartográfico, interminada, ou de forma mais pejorativa, um rascunho. Por isso, observamos, com exceção de uma plataforma de expressões de uma Outra perspectiva política, a CS converte a categoria científica Cartografia em uma ferramenta a ser disputada, diante da desmistificação do seu discurso histórico universal e neutro.

Em síntese, analisamos um processo de formação cartográfica que não se materializa em formas de ensinamentos sobre como mapear ou o que seria pertinente pôr no mapa. O que observamos são inferências que confluem para percepções críticas sobre o mapa, como instrumento de luta, sobretudo, ao passo que afirma o subalternizado cartógrafo também.



A CARTOGRAFIA SOCIAL DO COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA JUNTO À ASSESSORIA TÉCNICA DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA, RELAÇÕES RACIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS (NEGRAM)

A produção das CSs advém de um longo e complexo processo de exercícios pautados em raciocínios centrados no espaço, um registro que considera, sobretudo, as imaginações e as subjetividades dos sujeitos moradores do espaço-lugar a ser cartografado. Coerente desta importância, a CS do CSOSP, intitulada como “Morro da Providência: Visão dos Crias”, está balizada em dois processos centrais referentes a formação/filiação dos moradores-cartógrafos, quando consideramos serem: integrantes de uma organização social do Morro da Providência, e; colaboradores do projeto de extensão “Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência – SOS Providência & projeto Morador Monitor” registrado na Pró-reitoria da UFRJ, com a coordenação e assessoria do NEGRAM.

Primeiramente, a fundação do CSOSP – uma rede de entidades e de agentes da Providência formada pela Galeria Providência, Casa Amarela, Proviturismo e Rio Memória e Ação – constitui-se a partir da formação de um gabinete de emergência organizado pelos moradores e lideranças sociais do Morro para enfrentar os impactos à saúde e as questões socioeconômicas decorrentes da pandemia causada pela Covid-19 nos primeiros meses do ano de 2020. De outra forma, essa mobilização se justificou também por conta da completa alheação do Estado, quando sequer viabilizou serviços públicos primários como, por exemplo, postos e/ou materiais de testagem, serviços de remoção de cadáveres, dentre outros, que, por sua vez, confluíram com descasos seculares em relação à oferta de infraestruturas urbanas públicas, como: água tratada, serviços de limpeza, saneamento básico etc.

Assim sendo, duas medidas foram principiadoras da ação do Comitê. A primeira foi a composição de um mutirão para a angariação, produção e distribuição de recursos e assistências aos moradores, como: cestas básicas, cestas frescas, máscaras, lavatórios (bicas públicas espalhadas pela comunidade), gás de cozinha; auxílio para a inscrição em programas de renda do governo; disponibilização de apoio psicológico profissional etc. E a segunda alusiva à realização de um recenseamento – pesquisa para a produção de dados para um conhecimento mais específico, qualitativo e, sobretudo, georreferenciado dos impactos. Estratégias que otimizam a localização das ações, e, em vista disso, persuadem outras percepções socioespaciais dos MMs – que irão ser fundamentais na produção da cartografia social –, seja no trabalho de campo, seja na análise dos dados, sobretudo, no discernimento referente às, já enfatizadas, sobreposições entre espaços específicos consentâneos de

específicas classes, gêneros e raças. Os MMs são provocados nessa prática a conceberem outras formas de ver, vivenciar e pensar o seu lugar.

Em suma, tanto o mutirão como o censo promovem uma troca de experiências entre os MMs e os demais moradores que ultrapassam o interrogatório impessoal característico, ao contrário, configuram uma relação de reconhecimento mútuo entre as partes, que, como entende Acselrad (2008, p. 38), ao “ligar os atores e o território, e, construir o território com os atores e, mobilizar estes atores através do território, [temos] a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão”. A divulgação, por exemplo, dos cuidados pertinentes da contaminação da Covid-19 e da agenda e dos locais dos centros de apoio na região na composição do contato, ultrapassa qualquer fase de uma objetiva doação, transforma tanto um como o outro. O que seria inicialmente um procedimento de contabilidade populacional e de repasse de alimentos e utensílios transforma-se em conhecimento – ou reconhecimento – de ambos os lados da prancheta.

Todavia, o resultado do monitoramento consequente do questionário censitário sobre os moradores do Morro da Providência produzidos pelo CSOSP no período da pandemia em maio de 2020 comportam índices do(s): número atualizado (em relação ao censo de 2010 produzido pelo IBGE) do número de habitantes e, do seu respectivo georreferenciamento; níveis de renda; necessidades básicas; vínculos empregatícios, e, evidentemente, informações sobre os efeitos da Covid-19.

Coerente da máxima praticada pelos moradores da Providência, o nós por nós, este primeiro recenseamento torna-se um providencial instrumento de resistência aos impactos da pandemia e à negligência estatal quando exprime dados fundamentais para o planejamento de soluções no território pelos próprios territorializados.

1.1. A articulação entre o CSOSP & o NEGRAM

O NEGRAM, em conformidade com a linha de pesquisa que trata da análise dos ativismos cartográficos, de movimentos e/ou organizações sociais que se utilizam do mapa como mais um instrumento político de luta, se dedica no ano de 2021, a associar os ativismos com a conjuntura dos dilemas sociais provocados pela pandemia da Covid-19. Ou seja, refinamos o objeto considerando sua inserção no estudo de experiências que tratem desta temática, mais notadamente, do enfrentamento dos seus efeitos sociais.

Assim, decorrente da publicização do trabalho de mapeamento dos MMs, o CSOSP tornou-se também uma das experiências potenciais para as análises do NEGRAM, o que, sem

embargo, não se confirmou posteriormente, precisamente, por conta da inexistência dos mapas. O termo “mapeamento”, como foi publicizado, inicialmente, pelo Comitê, não se referia a um trabalho cartográfico estritamente. Explicitada de forma adjetiva, a terminologia anunciada, embora tratasse da produção de um conhecimento georreferenciado – quando associa os dados com o registro dos seus respectivos endereços – definitivamente, não tratava do seu registro através de mapas objetivamente. Contudo, mesmo sem o mapa, a comunicação entre os grupos permanece durante o ano de 2021, sendo, inclusive, confiados encontros depois, o acesso aos pesquisadores universitários os dados – coletados no questionário de 2020 exposto acima. Assim, depois da análise sobre os dados, assuntam juntos, CSOSP e NEGRAM, serem esses materiais censitários medulares – valendo ressaltar a ausência de dados atualizados pelo IBGE desde 2010 quando ocorreu o último recenseamento do país – para mais da evolução da construção de programas de apoio às vítimas da Covid-19, mas também, para subvencionar o processamento de mapas.

As conversas entre o Comitê e o Núcleo se estendem durante o ano de 2021, conduzindo o trabalho de pesquisa do NEGRAM inteiramente para a organização de uma assessoria junto ao CSOSP, sendo mobilizada assim uma nova frente de trabalho disposta à construção de três peças cartográficas com base na demanda dos moradores da favela: (i) produção de um novo e mais amplo censo popular; (ii), automapeamento e mapas temáticos subvencionados pelos dados produzidos no censo popular; (iii) cartografia social, na qual, a partir de raciocínios centrados no (naquele) espaço, e, conseqüentemente, de autoprodução de simbologias, da experiência vivida dos MMs como moradores e, atualmente, e, ao mesmo tempo, como pesquisadores se implicam, se contradizem, desnaturalizam e ressignificam a opinião.

Com base no refinamento da organização das ações comunitárias em execução – monitoramento da contaminação por Covid-19, distribuição de cestas básicas, conhecimento de regiões com maiores índices de precariedade etc. – e, da formulação de um escopo – acesso a serviços e equipamentos públicos (saneamento básico, asfaltamento, iluminação pública etc.); projetos urbanos pensados e debatidos pelos moradores, estruturando assim contra-argumentos frente a narrativas, ações e empreendimentos que não consideram suas participações (como ocorreu recentemente com as medidas de remoções para a implementação projeto Porto Maravilha, etc.); mobilização em relação à demanda por instituições referentes à Educação e à qualificação profissional dos moradores, etc. – a ação política através da ação cartográfica se organiza a partir de uma subdivisão em cinco partes: (i) construção do projeto, de definição das finalidades (objetivos políticos) e das formas (do

como fazer), das questões (o que se quer saber) e objetos (quais as temáticas) a serem promovidos; (ii) produção e organização do questionário para o (novo) censo; (iii) recenseamento e levantamento das informações; (iv) processamento das informações (armazenamento dos dados e sua aplicação na configuração dos mapas); e, (v) divulgação e uso.

1.2. O Censo Popular & o Automapeamento do Morro da Providência

Com base no importante trabalho realizado no recenseamento feito em 2020 pelo CSOSP, no qual, mediu os impactos sociais da Covid-19 na Providência no início do período pandêmico, a construção de um novo questionário para um novo recenseamento⁵ se fundamenta a partir da articulação do Comitê junto ao NEGRAM. Subdividido em 8 blocos, a ampliação das perguntas passa a incluir para mais das questões sobre a saúde – foco central do trabalho inicial, questões sobre “serviços de utilidade pública”; “trabalho”; “segurança alimentar”; “associativismo”, e; “características infraestruturais dos domicílios e dos logradouros”. Desta forma, se desdobra também a produção de diversos mapas temáticos: “do tipo de logradouros de acesso aos domicílios”; “de cor ou raça dos respondentes”; “de domicílios chefiados por mulheres”; “de renda dos respondentes”; “de casos de Covid 19”; “Geral do nível de Segurança/Insegurança alimentar”; “do Nível de Segurança/Insegurança Alimentar em domicílios com menores de 18 anos”; “do Nível de Segurança/Insegurança Alimentar em domicílios sem menores de 18 anos”; “de segurança alimentar pela cor ou raça dos respondentes”; “de frequência de abastecimento de água”.

1.2.1. Referências à formação no âmbito técnico

Outrossim, convergente do arcabouço da formação técnica e política subsidiado pela assessoria do Núcleo para com os moradores neste novo e amplo processo, temos dois encadeamentos. Um primeiro no âmbito técnico, que se subdivide em dois procedimentos, o:

- a) estudo sobre as bases espaciais convencionais, sobre as características dos mapas

⁵ A construção deste novo recenseamento ou Recenseamento Popular foi amplamente apoiado pelas análises feitas pelo NEGRAM sobre três outros recenseamentos de favelas: “Pesquisa nas favelas com Unidade de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro”, do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade); “Censo Populacional da Maré” produzido pela ONG Redes da Maré, e; Censo da Rocinha – vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

tradicionais (de precisão), que qualificam a pesquisa na identificação (e registro) da localização do Morro e a sua correspondente orientação, contribuindo para a prática de automapeamento: identificação dos logradouros do Morro⁶; delimitação fronteiriça – definida pelos moradores – do Complexo do Morro da Providência e a subdivisão interna do território em mais “áreas”⁷, para a organização logística do trabalho de campo dos MMs como de, proporcionar uma análise mais minuciosa a partir de uma melhor – por estar mais seccionada – visualização/apresentação dos dados quando plotados/espacializados (Fig. 2); leitura/reconhecimento das selagens (códigos que discriminam espacialmente os domicílios a partir de quadrantes específicos no mapa, fundamental para a plotagem/georreferenciamento das informações coletadas); b) manuseio da plataforma digital “KoboToolBox”⁸ para o preenchimento e envio das respostas do censo e demarcação espacial dos domicílios segundo sua localização georreferenciada/selada.

⁶ Devido alguns topônimos do Morro não terem registros nas bases espaciais, foi realizado, em parceria com o OpenStreetMap, o registro desses nomes de ruas no mapa virtual da plataforma.

⁷ O primeiro trabalho de recenseamento do CSOSP considerava a subdivisão territorial do Morro para a organização do trabalho dos MMs em 6 áreas (baseada na delimitação de “áreas censitárias” feita pelo IBGE sobre o Morro da Providência). Contudo, no novo trabalho de recenseamento, com a assessoria do NEGRAM, a subdivisão das áreas aumentou para 11, devido uma atenção maior sobre as diferentes configurações materiais do Morro e, pela inclusão de outras partes do território não consideradas no processo anterior, justificando assim, a terminologia “Complexo” para designação do (novo) recorte espacial de trabalho.

⁸ As aulas ministradas pelos integrantes do NEGRAM, Stéfany Silva e Reginaldo Silva Júnior, a respeito dos fundamentos técnicos para os MMs conciliaram ensinamentos tocantes a: (i) inscrição e manipulação do aplicativo (app) “KoboToolbox”, que serviu tanto para os processos de georreferenciamento como para o registro das respostas do recenseamento, transferência e resguardo dos dados para posterior tratamento; (ii) associação entre a localização informada no app e a sua correspondência configurativa no mapa físico, e, da sua respectiva “área”; (iii) definição das (novas) fronteiras entre as “áreas”; (iv) atualização/correção do registro configurativo espacial que se encontram nos mapas e o que se encontra no espaço real – p. ex. a relação entre áreas que até a última versão no mapa representavam floresta mas que foram alteradas por construções; (v) problematizações políticas em torno da opção do app escolhido, especialmente das preocupações referentes ao controle das informações e dos dados produzidos por parte dos gerenciadores dos softwares.



Figura 2 – Mapa de áreas censitárias e de delimitação do Complexo da Providência



Fonte: NEGRAM

1.2.2. Referências de formação no âmbito político

Associadamente, o segundo encadeamento refere-se ao processo de formação cartográfica no âmbito político. Nesta circunstância, o escopo está pautado em reuniões apoiadas em questões que apreciam a relação entre o espaço e o imaginário, sobretudo, no seu viés crítico, no que se refere a tensionar a ordem filosófico-epistemológica hegemônica-*quotidiana* do pensamento moderno-colonial. Assim como nos diz Deleuze & Guatarri (In. HAESBAERT, p. 130), “o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro”.

Observamos nesse trabalho, uma intensa provocação no sentido desse movimento síncrono, de desqualificar (desterritorializar) a superestrutura composta do pensamento moderno assim como autoafirmar (reterritorializar) as relações sociais experienciadas a partir do espaço vivido e situacional dos moradores, como expressa Hugo de Oliveira, um dos coordenadores do CSOSP: “a sua cabeça é a partir de onde o seu pé pisa. É preciso saber conhecer o que você precisa”. Afirmção similar da que nos ensinou Santos (2007, p. 27),

referente à relação entre o conhecimento espacial crítico e a tomada de posição política no mundo,

Quando falamos isso, estamos indicando na verdade uma dupla acepção do que chamamos “se posicionar no mundo”: (i) *conhecer a sua posição no mundo*, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) *tomar posição neste mundo*, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar (grifo do autor).

Consoante, o processo referente à formação política do ativismo cartográfico é constituído pela organização de mesas-redondas. Com a participação de lideranças políticas e de atores (lideranças políticas de favelas, membros de ONGs, professores, estudantes etc.) com pautas tocantes à temática sobre a favela, relatam suas trajetórias e experiências ativistas e/ou de estudos. Os palestrantes contribuem fortemente para se pensar criticamente o *status quo* e a posição/condição social em que estão compreendidos os moradores de favela, de questões sobre racismos étnico, socioeconômico e ambiental, assim como a revelação de episódios particulares e de processos peremptórios de análises teóricas, de mobilização e de conflito, em suma, de reflexões engendradas na relação entre os seus respectivos espaços-lugares e a suas condições e situações políticas para além de moradores, não obstante, como sujeitos.

Cosme Filipsen, também coordenador do CSOSP, comunicou sobre os processos de resistência do Morro da Providência relacionados às remoções diante dos projetos do Estado no período da implementação de aparelhos urbanos concernentes dos Grandes Eventos esportivos que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro e de projetos de gentrificação da região central como o Porto Maravilha, e, também, sobre os processos que levaram a organização do CSOSP e da luta dos moradores diante dos impactos pandemia da Covid-19; Dayse Pimenta, representante da ONG Ação da Cidadania (instituição parceira para a promoção do Censo Popular) relata, a partir da sua própria experiência de vida como migrante, ainda adolescente, do estado do Pará para o do Rio de Janeiro, como empregada doméstica, discorreu sobre os Direitos Humanos e projetos de políticas públicas, seu significado e importâncias; Antônio Shaolin, liderança histórica da Associação de Moradores do Morro da Rocinha, proferiu sobre as diversas questões acerca da “invisibilidade dos favelados” em relação ao Estado, e, relatou como ponto nevrálgico para esse enfrentamento a articulação política entre as favelas da cidade, ou seja, somente, a “construção política

coletiva, pode, na opinião do ativista, converter os processos de subalternização institucionalizados.

O encontro ministrado pelos membros do NEGRAM, pelo coordenador do Núcleo, o prof. Renato Emerson dos Santos, e pela mestrandia em Planejamento Urbano e Regional Karoline dos Santos, tiveram como mote conferenciar sobre a história da região em que se encontra o referido Complexo, terminantemente, designada por “Pequena África” – denominação criada desde 1910 por Heitor dos Prazeres, como bem evidenciou o professor. A aula demarcou este recorte espacial como um território de protagonismo e de resistência da população negra, com referências históricas globais e de substancial densidade sócio-política no tocante à composição populacional, cultural e à gramáticas espaciais (marcas/referenciais/memórias materiais e/ou imateriais no espaço: toponímias, monumentos, tombamentos, práticas territoriais etc.). Um espaço-lugar, conforme os palestrantes, de intensa “efervescência territorial-política negra” que remonta o período colonial com ancestrais referências africanas, e, que se renovam com o tempo, por exemplo, quando serviu de recanto e resguardo para as populações negras removidas das regiões centrais da cidade na Reforma Pereira Passos (1903-1906), arquétipo de um projeto de “branqueamento econômico, cultural e do território”⁹, como conceitua Santos (2018). Consoante, um lugar de importantes conflitos urbanos históricos como o cortiço localizado sobre as ruínas do antigo Mercado da Harmonia que serviu de trincheira pela organização popular que provocou a Revolta da Vacina (1904) sob a liderança negra de Prata Preta.

A fala dos representantes do NEGRAM articulou, também, processos mais recentes da geografia da região como o/a: tombamento da Pedra do Sal (1984), lugar de moradia de pessoas negras recém-chegadas ao Rio desde os tempos coloniais, assim como das práticas de Samba e do Candomblé – proibidos e reprimidos até meados do século XX –, mas que atualmente é reduto do samba; fundação do Instituto dos Pretos Novos (1990), coordenado por Dona Mercedes que, ao encontrar no subsolo de sua casa durante uma reforma, uma ossada humana, descobre que se tratava de um cemitério de escravizados, e, resolve transformá-la num memorial da História negra.

⁹ “O branqueamento aparece, nesta leitura, como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros. Tais dispositivos articulam, de maneiras cambiantes em diferentes contextos (temporais e espaciais) as diversas dimensões que toma o dado racial – sobretudo, as dimensões biológica (fenotípica) e a cultural” (SANTOS, 2018, p. 470).

Por conseguinte, os geógrafos discorreram sobre os atuais processos de subalternização socioespacial ou, como mencionamos, de “branqueamento do território”, a partir do projeto “Porto Maravilha”. Racismos, como parte das ações do Estado, que alcançam a região, seja simbolicamente, como, por exemplo, com a mudança de toponímias, conforme o da área do cortiço referido acima para Praça Coronel Assumpção, seja materialmente, como foi o plano – e a execução – de remoções de moradores da região da Pequena África para a implementação dos empreendimentos próprios do projeto. Não escapou da atenção crítica dos conferencistas nem mesmo o “Circuito de Herança Africana” que, ao valorizar apenas 6 patrimônios com referência a valoração da história e cultura negra, termina, na realidade, por diminuir toda a história da região. Este processo é classificado pelos professores de “incorporação subalternizante”, pois reserva, de forma pretensa, se não perversa, as partes não inclusas à mercê dos projetos estatais, ou branqueadores.

1.3. A Cartografia Social “Morro da Providência: Visão dos Crias”

Dessa forma, após percorrer todos esses processos de formação, reúnem-se, CSOSP e NEGRAM, para a produção da CS. Doravante este processo, de provocar/promover uma cartografia de nós mesmos, de colocar no papel as reflexões sobre a experiência vivida antes e depois do trabalho de recenseamento e de automapeamento, os MMs percebem tensionamentos, notadamente, em direção a uma confluência de ideias que desconstrói as naturezas tanto da marginalização social e do racismo como da do monopólio de fazer cartografia por uma cátedra elitista. Notam, ainda que, ter autonomia sobre a produção cartográfica, e/ou não se apoiar simplesmente sobre a gramática das convenções, não significa qualquer ruptura se a compreensão da sua posição no mundo não esteja abarcada. Encontra-se aqui o ponto fulcral que diferencia um mapa moderno-colonial de um mapa ativista de favela.

A oficina de CS, ocorrida em dois dias, debateu importantes assuntos a cerca das CSs, como por exemplo, a apresentação da emblemática experiência Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). O PNCSA é extremamente pertinente para os debates que se seguiram, pois se utiliza, assim como objetivamos, da cartografia como um instrumento político para o ativismo social. Projeto que, desde a década de 1990, tem como centralidade a produção de mapas balizada nas concepções territoriais, simbólicas e reivindicativas dos territorializados, (re)qualifica a condição tradicional destes como objeto temático, ou mapeados, para cartógrafos. Isto é, são, em sua maioria, as comunidades autóctones da região amazônica as fazedoras dos seus próprios mapas, sendo as equipes de estudantes e professores



da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), suas importantes assessorias técnicas e políticas. “Os agentes sociais produzem croquis, mapeando sua região e indicando quais os elementos relevantes para a sua composição. (...) Na sequência, o PNSCA recolhe as informações das marcações de ponto e as georreferencia na base cartográfica”¹⁰.

Em síntese, temos um processo de formação cartográfica que vai além de ensinar o que seria “pertinente” para inclusão nos mapas. O que observamos são inferências que confluem para percepções críticas sobre o mapa, de um lado, como uma ferramenta universal da tecnocracia, mas, que também pode servir à luta, à crítica. Os moradores do Morro da Providência, ao cartografarem, e/ou ao se constituírem cartógrafos, a partir da plotagem das suas referências simbólicas, percebem tomar posição no mundo.

Contudo, as críticas à cartografia tradicional sobre e a partir da metodologia da CS consideram, igualmente, a não formulação de um novo pódio da racialização ou de uma nova escala hierarquizada de valores. O que as discussões valorizam é a transversalidade das/entre as visões de mundo, dentre elas, p. ex., expressada com atenção nos processos articulatórios constitutivos da experiência em tela, na não hierarquização entre os conhecimentos popular e acadêmico, consubstanciando, assim, uma relação ancorada em uma “horizontalidade epistêmica”. Aprendemos que diferentes conhecimentos e cartografias não precisam se anularem para serem autorais e, precipuamente, legítimos. Destarte, a CS se configura na complexidade, emancipadamente, numa combinação entre a racionalidade das cartografias de precisão e a irracionalidade e situacionalidade das cartografias imaginadas. Em outras palavras, constatamos que o mapa, para além de ser um instrumento de poder, se estabelece como um instrumento de disputa política, e pelo próprio uso da cartografia.

Consequentemente, foram sugeridas pelo Núcleo seis perguntas para serem debatidas no intuito de estimular ainda mais a dimensão subjetiva dos MMs-cartógrafos – e o seu contínuo processo de formação de um imaginário posicionado – a partir das suas relações referenciais da vivência antes, durante e depois do trabalho de pesquisa. Provocações que incluem a: rememoração e avaliação dos percursos e das experiências espaciais; diagnóstico sobre essas experiências a partir de uma opinião crítica sobre as situações de campo e; releituras sobre o tecido sociopolítico da Providência.

As respostas, embora, diversas, transitaram sobre uma (re)avaliação espacial central: grande variedade configurativa material do Morro, ou a percepção de regiões com

¹⁰ Disponível em: www.novacartografiasocial.com.br . Acesso em 05/06/2023.

Embora os índices, as taxas e os dados produzidos e representados no recenseamento e nos mapas tradicionais, que abarcam o espaço de forma absoluta, sejam fundamentais para a análise das condições materiais da população e, conseqüentemente, para construir e reivindicar projetos infraestruturais, assim como também compõe o processo de formação analítica sobre o espaço, a CS compreende a subjetividade. Este trabalho que incentiva as imaginações geográficas, na qual considera o espaço, maiormente, na sua perspectiva relacional, busca promover o que o censo e o mapa de precisão não mostram, ou que não estão qualificados tecnicamente/cientificamente para fazê-los, logo, busca apreender e materializar tais imaginações a partir de uma irrestrita autonomia simbólica/política, ou seja, de mapas de favelas inequívocos da autenticidade dos/sobre/pelos seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, observamos com a experiência da CS do CSOSP a proposição para com uma outra ciência cartográfica – mesmo que se utilizando ainda das técnicas e metodologias reducionistas da engenharia da modernidade e do positivismo descritivo do espaço absoluto. O que vale ressaltar, insistentemente, é a ruptura sobre a versão exclusiva sobre a representação espacial, na qual mapear se realiza a partir das “relações simbólicas” do “quadro das experiências”, como nos ensina Muniz Sodré (2002), e não unicamente sobre as normas técnicas sentenciadas por uma cátedra. A CS, aprendemos, funciona para, definitivamente, sua “dilatação”, pensada há quase 30 anos por Haraway (1995, p. 33):

Decodificação e transcodificação mais tradução e crítica; são todas necessárias. A ciência torna-se assim o modelo paradigmático, não do fechamento, mas do que é contestável e contestado. A ciência torna-se o mito, não do que escapa à ação e à responsabilidade humanas, num domínio acima da disputa, mas, antes, de prestação de contas e de responsabilidade por traduções e de solidariedades vinculando as visões cacofônicas e as vozes visionárias que caracterizam os saberes dos subjugados. Uma divisão dos sentidos, uma confusão entre voz e visão, mais do que ideias claras e distintas, torna-se a metáfora para a base do racional. Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular.

Temos assim, com a representação da causa/temática dos subalternizados na CS uma exposição e desqualificação da racialização/hierarquização das relações sociais que estão

representadas/naturalizadas no cotidiano Moderno. As perguntas propostas no questionário sobre a predominância, por exemplo, de qual a raça e classe mais se contagiam num contexto de pandemia, observamos nos ativismos sociais e cartográficos do CSOSP a possibilidade de resposta que possivelmente não teríamos no contexto imperial e racista da cartografia tecnocrática. A CS do CSOSP, com a autoprodução de signos e de significados cartográficos críticos sobre as especulações da modernidade, enfrenta, desta forma, três situações: (i) materializa a disrupção da exclusividade/totalitarismo do cientificismo de sentenciar o símbolo que é legítimo e o que não é; (ii) situa a simbologia estatal como apenas mais uma das orientações possíveis, e; (iii), concretiza a (auto)crítica ferrenha de Massey (2004, p. 15), na qual condiz que “reconhecer que os [moradores de favelas] podem não estar apenas nos seguindo [ao academicismo/cientificismo], mas tem suas próprias [geografias para cartografar]”.

Logo, “abandonar o território”, como nos disse acima Haesbaert diante do processo de deterritorialização dos elementos simbólicos modernos, contudo, não significa desabitá-lo em definitivo, mas, desnaturalizá-lo, questionar o que está posto como verdade ou senso comum sobre a paisagem e sobre os seus significados e valores, complexificando assim as dimensões subjetivas e, sem demora, a produção de mapas alternativos. De mapas, nesta perspectiva, *transmodernos*, como nos ensinou Dussel (1994), quando se refere a superação do pensamento Moderno, não pelas vias maniqueístas da hegemonização de/para um novo pensamento. Ao contrário, o filósofo nos propõe a desterritorialização sobre o império de violências da modernidade através da “subsunção” do valor subalternizado, em medidas como as que

declara inocente a las víctimas desde la afirmación de su Alteridad como Identidad en la Exterioridad como personas que han sido negadas, como su propia contradicción, por la Modernidad. De esta manera, la razón moderna es trascendida (pero no como negación de la razón en cuanto tal, sino de la razón violenta eurocéntrica, desarrollista, hegemónica). Se trata de una “Trans-Modernidad” como proyecto mundial de liberación (y no como proyecto universal unívoco, que no es sino la imposición violenta sobre el Otro de la razón particular de Europa, del machismo unilateral, del racismo blanco, de la cultura occidental como la humana en general) donde la Alteridad, que era co-esencial de la Modernidad, se realice igualmente. La “realización” de la Modernidad no se efectúa en un pasaje de la potencia (de la Modernidad) al acto de la Misma (la Modernidad europea). La “realización” sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas), se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica (o analógica, sincrética, híbrida o “mestiza”) del centro/periferia, Mujer/varón, diversas razas, diversas etnias, diversas clases,

Humanidad/Tierra, cultura occiden- tal/Culturas del Tercer.Mundo, etcétera;
no por pura negación, sino por subsunción desde la Alteridad (p.199).

Assim, mesmo com um importante suporte da universidade, tanto em relação ao aparato de manipulação dos softwares de produção cartográfica quanto na organização de reuniões de debates referentes às questões que implicam a importância da representação – simbólica e política –, os atores centrais deste trabalho são os agentes sociais/sujeitos políticos do “Comitê SOS Providência”. O trabalho de recenseamento, de automapeamento, de cartografias temáticas e de cartografia social do Morro da Providência proveniente da articulação entre o CSOSP e o NEGRAM está estruturado sobre uma “horizontalidade epistêmica”, isto é, não possuem efeitos hierárquicos entre “saberes geográficos vernaculares e doutos” (NACIF et NAME, 2013), e, mais além, redizemos, são protagonizados pelos moradores, moradores de favela-cartógrafos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. et COLI, Luis R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In.: **Cartografias Sociais e Território**/Henri Acelrad (Org.) Rio de Janeiro – UFRJ – IPPUR – 2008.

COLI, Luis R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambigüidades e assimetrias. In: **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Henri Acelrad (Orgs). Rio de Janeiro : IPPUR-UFRJ, 2010.

DUSSEL, Enrique. *1492: El Encubrimiento del Otro: Hacia el Origen del «Mito de la Modernidad»*, La Paz, Bolivia, Plural Editores, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In.: Cadernos Pagu (5) 1995.

MASSEY, D. et KEYNES, M. **Filosofia e política da espacialidade**: algumas considerações In.: *GEOgraphia* - Ano. 6 – N° 12 – 2004.

NACIF, C. L. ; NAME, Leonardo. Vai para o mapa ou não vai? Reflexões sobre o planejamento urbano participativo na perspectiva de uma cartografia crítica. In: Colóquio Território Autônomo, 2010, UFRJ, 2010. Colóquio Território Autônomo, 2010.



SANTOS, R. E. dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, R. E dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Relatório Faperj – Projeto: “Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político”, 2010.

_____. Disputas de lugar e a pequena África no centro do rio de janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In.: Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico / Organizadores Natacha Rena, Daniel Freitas, Ana Isabel Sá, Marcela Brandão – Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

_____. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da pequena África no Rio de Janeiro. In.: **Cartografias do conflito** : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / orgs Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira /Muniz Sodré. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.